

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Secretaria de Apoio e Planejamento

C.G.C. 15.023.971/0001-24

Câmara Municipal: Paranatinga-MT.
ENTRADA NA SECRETARIA
14 / 12 / 95
Protocolo N.º
SECRETARIO

PROJETO DE LEI Nº 19/95

"Cria o Conselho Municipal de
Assistência Social e dá ou-
tras providências."

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT., no uso de
suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu san-
ciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

APROVADO
14 / 12 / 95
SECRETARIO

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assis-
tência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e
âmbito municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do
Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência
Social:

I - Definir as prioridades da política de
assistência social;

II - Estabelecer as diretrizes a serem observa-
das na elaboração do Plano Municipal de Assistência;

III - Aprovar a política Municipal de Assistên-
cia Social;

IV - Atuar na formulação de estratégias e con-
trole da execução da política de assistência social;

V - Propor critérios para a programação e para
as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Ass-
istência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos re-
cursos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Secretaria de Apoio e Planejamento

C.G.C. 15.023.971/0001-24

Art. 11º - A Secretaria Municipal a cuja competência estejam afetas as atribuições objeto da presente Lei passará a chamar-se Secretaria Municipal da Assistência Social.

Art. 12º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil real) para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT,
em 12 de Dezembro de 1.995.

José Barbosa de Moura
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATANGA**

Secretaria de Apoio e Planejamento
C.G.C. 16.023.971/0001-24

V - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

SEÇÃO II**DO FUNCIONAMENTO**

Art. 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

- I - Plenário como órgão de deliberação máxima**
- II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.**

Art 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I - Consideram-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;**
- II - Poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;**

Art 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art 10º - O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da lei.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA**

Secretaria de Apoio e Planejamento

C.G.C. 15.023.971/0001-24

- d) representante(s) das associações de portadores de deficiência;
- e) representante(s) de associações da criança e do adolescente;
- f) representante(s) de associações de idosos.

§ 1º-Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º-Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º-A soma dos representantes que tratam os incisos II, III, IV do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

Art. 4º-Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação;

II- Da autoridade estadual ou federal correspondente quanto às respectivas representações;

II - Do único representante legal das entidades nos demais casos.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º- A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - Os Conselheiros e serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas;

III - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - Cada membro do CMAS terá direito a um

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MATINGA**

Secretaria de Apoio e Planejamento

C.G.C. 15.023.971/0001-24

Art. 3º - O CMAS terá a seguinte composição:**I - DO GOVERNO MUNICIPAL:**

- a) representante(s) da Secretaria de Assistência Social ou Órgão equivalente;
- b) representante(s) do órgão de Educação;
- c) representante(s) do órgão de Saúde;
- d) representante(s) do órgão de habitação;
- e) representante(s) do órgão de trabalho;
- f) representante(s) do órgão de finanças;
- g) representante(s) das outras esferas de Governo (União e Estado).

II - REPRESENTANTE(S) DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DA ÁREA:

- a) representante(s) de entidades de atendimento à infância e adolescências;
- b) representante(s) de escolas especializadas;
- c) representante(s) de albergues ou asilos;
- d) representante(s) de instituições de atendimento a crianças e/ou adolescentes.

III - REPRESENTANTE(S) DAS PROFISSIONAIS DA ÁREA:

- a) representante(s) dos assistentes sociais;
- b) representante(s) dos sociólogos;
- c) representante(s) dos psicólogos.

IV - DOS USUÁRIOS:

- a) representante(s) das entidades ou associações comunitárias;
- b) representante(s) dos sindicatos e entidades patronais da área de assistência social;
- c) representante(s) dos sindicatos e entidades

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANATANGA**

Secretaria de Apoio e Planejamento

C.G.C. 15.023.971/0001-24

VI - Acompanhar critérios para a programação e para a execução financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos.

VII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;

VIII - Aprovar critérios de qualidade para funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;

IX - Aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

X - Apreçar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XI - Elaborar o aprovar seu Regimento Interno;

XII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XIII - Convocar ordinariamente a cada 02 (dois anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

XIV - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

XV - Aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

CAPITULO II**DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO****SEÇÃO I**